

Usos e ABusoS do sexual: a sexualidade, ainda, entre transtornos e singularidades¹

Pedro Moacyr

Resumo

A expressão “criança generalizada” pode ser usada para falar do lugar de ignorância e segregação dos corpos objetificados pela cultura dos diagnósticos e medicações, que, no limite, pretendem modular o organismo e seu comportamento. Esse processo é tangenciado pela denominada medicalização da vida, que transforma fenômenos e contingências humanas em questões de saúde (na visada biomédica). Nesse rol está o tópico da sexualidade, que o artigo debate a partir de algumas questões clínicas na escuta de sujeitos envolvidos em experiências chamadas de abuso sexual. O texto aborda a especificidade da psicanálise e o desafio do trabalho com atores atravessados pela lógica medicalizante. Tal noção transversaliza também as condutas da educação, justiça e assistência social, quando transformam em problema médico a descoberta de um ato masturbatório na criança, por exemplo. A “criança generalizada” é também o adulto massificado pelas indulgências ofertadas diante da acomodação ao saber impresso pelo discurso dominante. O infantil, fato de estrutura e atribuído à sexualidade por Freud, é inerente ao ser de fala, corte que humaniza a superfície do corpo. Mas as condições do tempo e do corpo, e do corpo no tempo de cada um, também devem ser consideradas. Assim, uma criança e um adulto são sujeitos em diferentes condições e momentos em relação a seus próprios corpos no caminho da vida, por isso “criança não é mãe”, e a psicanálise sabe disso.

Palavras-chave:

Abuso sexual; Clínica; Medicalização; Criança; Sexualidade infantil.

Uses and ABuseS of the sexual: sexuality, still, between disorders and singularities

Abstract

The term “generalized child” can be used to talk about the place of ignorance and segregation of bodies objectified by the culture of diagnoses and medications,

¹ Trabalho apresentado no XXIV Encontro Nacional da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Brasil (EPFCL-Brasil), ocorrido em Brasília em 2024.

which ultimately aim to modulate the organism and its behavior. This process is influenced by the so-called medicalization of life, which transforms human phenomena and contingencies into health issues (from a biomedical perspective). This list includes the topic of sexuality, which the article discusses based on some clinical questions when listening to subjects involved in experiences called sexual abuse. The text addresses the specificity of psychoanalysis and the challenge of working with actors crossed by medicalizing logic. This notion also cuts across the conduct of education, justice and social assistance, when they transform the discovery of a masturbatory act in a child into a medical problem, for example. The “generalized child” is also the adult made mass by the indulgences offered in the face of accommodation to the knowledge printed by the dominant discourse. The infantile, a fact of structure, and attributed to sexuality by Freud, is inherent to the being of speech, a cut that humanizes the surface of the body. But the conditions of time and of the body, and of the body in each person’s time, must also be considered. Thus, a child and an adult are subjects in different conditions and moments in relation to their own bodies on the path of life, which is why “a child is not a mother,” and psychoanalysis knows this.

Keywords:

Sexual abuse; Clinic; Medicalization; Child; Child sexuality.

Usos y ABusoS de lo sexual: la sexualidad, aun, entre trastornos y singularidades

Resumen

El término “niño generalizado” puede usarse para hablar del lugar de la ignorancia y la segregación de los cuerpos objetivados por la cultura de los diagnósticos y los medicamentos, que en última instancia apuntan a modular el organismo y su comportamiento. Este proceso está influenciado por la llamada medicalización de la vida, que transforma los fenómenos y contingencias humanas en cuestiones de salud (desde una perspectiva biomédica). Este listado incluye el tema de la sexualidad, que el artículo aborda a partir de algunas preguntas clínicas al escuchar a sujetos involucrados en experiencias denominadas abuso sexual. El texto aborda la especificidad del psicoanálisis y el desafío de trabajar con actores atravesados por una lógica medicalizante. Esta noción también atraviesa los ámbitos de la educación, la justicia y la asistencia social, cuando transforman el descubrimiento de un acto masturbatorio en un niño en un problema médico, por ejemplo. El “niño generalizado” es también el adulto hecho masa por las indulgencias ofreci-

das frente a la acomodación al conocimiento impreso por el discurso dominante. Lo infantil, hecho de estructura, y atribuido a la sexualidad por Freud, es inherente al ser de la palabra, corte que humaniza la superficie del cuerpo. Pero también hay que considerar las condiciones del tiempo y del cuerpo, y del cuerpo en el tiempo de cada uno. Así, un niño y un adulto son sujetos en diferentes condiciones y momentos en relación con sus propios cuerpos en el camino de la vida, por eso “un niño no es madre”, y el psicoanálisis lo sabe.

Palabras clave:

Abuso sexual; Clínica; Medicalización; Niño; Sexualidad infantil.

Usages et ABuS du sexuel : la sexualité, encore, entre troubles et singularités

Résumé

Le terme « enfant généralisé » peut être utilisé pour parler de la place de l'ignorance et de la ségrégation des corps objectivées par la culture du diagnostic et de la médication, qui visent finalement à moduler l'organisme et ses comportements. Ce processus est influencé par ce qu'on appelle la médicalisation de la vie, qui transforme les phénomènes et contingences humains en problèmes de santé (d'un point de vue biomédical). Cette liste comprend le thème de la sexualité, que l'article aborde à partir de quelques questions cliniques lors de l'écoute de sujets impliqués dans des expériences appelées abus sexuels. Le texte aborde la spécificité de la psychanalyse et le défi de travailler avec des acteurs traversés par des logiques médicalisantes. Cette notion traverse également la conduite de l'éducation, de la justice et de l'assistance sociale, lorsqu'elles transforment la découverte d'un acte masturbatoire chez un enfant en problème médical, par exemple. L'« enfant généralisé » est aussi l'adulte rendu massif par les indulgences offertes face à l'accommodation aux savoirs imprimés par le discours dominant. L'infantile, fait de structure, et attribué à la sexualité par Freud, est inhérent à l'être de parole, coupure qui humanise la surface du corps. Mais il faut aussi considérer les conditions du temps et du corps, et du corps dans le temps de chacun. Ainsi, un enfant et un adulte sont des sujets dans des conditions et des moments différents par rapport à leur propre corps sur le chemin de la vie, c'est pourquoi « un enfant n'est pas une mère », et la psychanalyse le sait.

Mots-clés :

Abus sexuel ; Clinique ; Médicalisation ; Enfant ; Sexualité des enfants.

Introdução

A expressão “criança generalizada” (Lacan, 1967/2003) pode ser usada para falar do lugar de ignorância e segregação dos corpos objetificados pela cultura dos diagnósticos e medicações, que, no limite, pretendem modular o organismo e seu comportamento. Vivemos o afã contemporâneo da identificação e do monitoramento dos índices corporais, com propostas de intervenção para harmonizá-los (estética) e potencializá-los (funcionamento). Tal contexto prima pela ignorância sobre suas marcas, história e limites. Esse processo é tangenciado pela denominada medicalização da vida (Guarrido, 2007), que transforma fenômenos e contingências humanas em questões de saúde, na visada biomédica (Foucault, 1979). Nesse rol está o tópico da sexualidade, que pretendo discutir aqui.

Eu o farei a partir de algumas questões clínicas com que me deparei na escuta de sujeitos envolvidos em experiências chamadas de abuso sexual (Brandão Junior, 2024). Parto do pressuposto de que a lógica medicalizante está para além da contingência dos atendimentos no campo da saúde, espaço que em geral estão alocados os tratamentos psíquicos. Ela também transversaliza as condutas da educação, justiça e assistência social, por exemplo, quando elas transformam em problema médico a descoberta de um ato masturbatório na criança. Ou em uma situação de violência sexual deflagrada, quando o sistema de proteção é evocado sem a mínima escuta do sujeito envolvido.

Muitas vezes, os profissionais, impactados pela gravidade das histórias, acabam por privilegiar a via investigativa. Se a violência for entendida como verdade, tomam-se as medidas previstas pela lei; caso contrário, a coisa corre o risco de ganhar uma conotação de mentira ou invenção. A partir do século XVIII, em nome do controle social, saberes como a medicina, a pedagogia e a justiça penal assumem a função de organizar a sexualidade. O efeito é a normatização dos comportamentos sexuais, da infância à velhice, em um processo de demarcação de seus possíveis desvios e consequências. Essa é a origem da ciência sexual, que define a sexualidade como puramente instintiva, exercendo um lugar extremamente atrativo, capaz de desestruturar a família e a ordem, tão necessárias ao funcionamento harmônico dos homens e da sociedade. Assim, forma-se um discurso que pretende promover a disciplina e a discriminação dos indivíduos, para impedir uma espécie de epidemia psíquica, evitando a contaminação do resto da sociedade (Alberti, 2003).

Guardando as devidas proporções e as mudanças dos tempos, essa história se repete até nossos dias. Nos últimos meses, acompanhamos o debate sobre o Projeto de Lei (PL) nº 1.904, que propõe que crianças vítimas de estupro levem adiante a gestação. Em análise na Câmara dos Deputados, a proposta visa a alterar o Código Penal, que hoje não pune o aborto em caso de estupro e não prevê restrição

de tempo para o procedimento, nesse caso. O aborto também é salvo de punição quando não há outro meio de salvar a vida da gestante. Com exceção desses casos, o Código prevê detenção de um a três anos para a mulher que aborta; reclusão de um a quatro anos para o médico ou outra pessoa que provoque aborto com o consentimento da gestante; e reclusão de três a dez anos para quem provoque aborto sem o consentimento da gestante. A aprovação do atual PL por parte dos parlamentares tornará o aborto realizado após 22 semanas de gestação passível de punição, com reclusão de seis a vinte anos. É digno de nota que essa é a mesma pena prevista para o crime de homicídio simples. Essa situação é somente um recorte entre tantos outros que convocam a comunidade psicanalítica a se posicionar e alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época.

H(á) bordagens possíveis

Em meu livro recém-publicado, *ABusoS do sexual* (Brandão Junior, 2024), proponho pensarmos as abordagens a partir dos três registros propostos por Lacan — Imaginário, Simbólico e Real. No campo que designei de **I**, podemos alocar um emaranhado de técnicos e profissionais que de imediato, e antes de qualquer escuta dos envolvidos, determinam as consequências e os efeitos danosos do acontecido. Saliento que chamamos de escuta não somente a narrativa e a descrição de histórias sobre o ocorrido, mas a consideração da posição de quem fala diante daquilo que enuncia — sua enunciação. Nesse caso, o risco é que, em nome de um bem maior, a complexidade dessas situações seja desconsiderada.

Foi o que verifiquei no atendimento de Maria, uma menina de 14 anos que foi assistida em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) em que eu dava supervisão clínico-institucional. Ela conta à psicóloga do serviço que aos domingos, na hora do culto, quando a família saía para ir à Igreja, seu padrasto e ela ficavam em casa sob o pretexto de ajudá-la a estudar e a se preparar para a semana de aulas. Nesses momentos, o abuso acontecia. A psicóloga também escuta o padrasto, que confirma a história na frente de sua mulher e mãe da menina. Nesse ínterim, a jovem também relata o ocorrido para uma colega da escola, que leva a história para alguns professores e para a direção, e, como consequência, o Conselho Tutelar é prontamente acionado. Acontece que, quando esses últimos realizam a visita domiciliar, os envolvidos negam o ocorrido, e a conclusão e responsabilidade fica com a psicóloga, que passa a ser vista com desconfiança. Na avaliação da assistência social, ela suspeitou de algo que parecia impossível acontecer no seio daquela família.

Há generalização quando o contexto é previamente interpretado, e todo o destino dos sujeitos, traçado. Aqui, o saber (S2, sustentado pelo S1, mestre cuja verdade é prévia) é impresso no outro, que responde dividido (nos moldes do discurso

universitário). Assim, fica Maria, que, diante de tantos que sabiam por ela, recua e nega o acontecimento. De alguma maneira, foi violentada também pelo sistema, cuja escolha possível foi a de seguir o mestre, ratificando, junto à sua família, a conjuntura de cidadãos de bem, religiosos e caridosos, conforme vistos pela comunidade em que moravam.

O campo I está em jogo também quando não temos amparo jurídico para suportar as ações, como lembrado pela colega psicanalista Ana Laura Prates (2020), na situação recente em que uma menina do Espírito Santo, de 10 anos de idade, também foi de diferentes maneiras violentada — para além do estupro e por variadas instâncias que deveriam protegê-la, na tentativa de abortar o filho resultante de uma violência que sofreu. Aqui, amarramos o *furor sanandi* (Freud, 1915 [1914]/1992, p. 174), também em sua face condenatória (que leva ao pior), às leis do social, universais, que precisam garantir vida, direitos e proteção, e não morte e genocídio.

Também nessa linha sugiro adentrar a questão da lei, em sua bifurcação entre imaginário e simbólico, as leis que regem o mundo dos humanos, atravessam cada sujeito de forma particular. Freud (1930/1996) já nos dizia que não haveria necessidade de leis e mandamentos, como o de amar ao próximo, por exemplo, se não fosse o humano capaz de odiar e matar. A incidência da lei no psiquismo, que ele situa no Édipo, é ponto nodal, que nos remete aos fundamentos da cultura. Vale lembrar que contemporâneos de Freud e pós-freudianos leram, em sua maioria, o mito de Sófocles de forma imaginária, ou seja, confundindo a determinação biológica dos pais com as funções que exercem. Lacan (1915 [1914]/1992) nos ajuda nesse ponto, quando ensina que se trata de uma metáfora, a paterna. São funções, que trazem à tona o campo Simbólico — S. Na sociedade da generalização, o risco é que a resposta universal da lei civilizatória possa escamotear o sujeito de sua própria história, tamponando sua resposta diante da demanda do Outro, assim como desconsiderando as demarcações de seu desejo e gozo diante dos acontecimentos de sua vida e seu corpo.

O campo S dá lugar ao duplo sentido e à importância de um tempo para compreender as situações, localizar na história de cada um aquilo que lhe aconteceu, em um apelo à historização. Assim, dá lugar ao questionamento e, portanto, propensão para furar o mestre, produzindo saber. No livro (Brandão Junior, 2024), sugiro que S se aproxima da conhecida proposta, na saúde pública, da Clínica Ampliada, na Estratégia de Saúde da Família, e da Atenção Psicossocial, mas que de todo modo ainda guarda a aposta de fazer existir a relação sexual. E, muitas vezes, assim como em I, preocupa-se em estipular ações atribuídas ao que houve² — do verbo haver —, e não depurar algo sobre o que se ouve em cada situação

2 Documentário de autoria da psicóloga Silvia Ignez, que pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=mDMxTzwGDbg>.

singular. Nesse caso, pode haver generalização sobre a resolução dos problemas pela via do tamponamento do furo. Lembro-me de um caso de uma jovem, já adulta, que me pede atendimento ao saber de minha pesquisa clínica com pessoas que vivenciaram essas experiências. Ela conta que foi abusada pelo pai quando criança, que sua psicoterapeuta a orientou que revelasse à família e dissesse a eles sobre sua raiva, questões etc. Ela o fez, repetidas vezes e de diferentes maneiras, durante alguns anos, inclusive. Mas seus sintomas e angústia não cediam, e assim buscou análise.

Proponho pensarmos aqui que é no discurso analítico que não há espaço para a generalização, pois ele considera o furo, a não completude, o impossível em jogo na experiência dos seres de fala. Campo do Real — **R**, que leva a um saber fazer com o mal-estar que nos é inerente. Campo que considera que só há verdade semidita, por isso inventa-se um possível de viver.

Anos depois de minha pesquisa com pessoas que vivenciaram tais experiências, uma mãe de uma das adolescentes me procura na rede social. Era uma carta. Nela, traça algo sobre seu percurso de atendimento e me diz: “te agradeço, não sei bem pelo quê, pois confesso que várias vezes senti raiva de você e me perguntei por que não me dizia, com todo seu conhecimento técnico, como teria de me livrar daquelas acusações da promotora. Mas de algum modo alguma coisa aconteceu...”.

Ela continua contando algumas situações de sua vida, preocupações cotidianas, e segue delimitando como a relação com sua filha havia mudado depois que decidira se separar do homem que abusara dela. O final de sua mensagem é deveras interessante; ela escreve: “hoje, consigo trabalhar com o que sempre sonhei, acabei de ser promovida a gerente de uma loja de roupas masculinas e sou ótima em indicar a eles a vestimenta adequada a usar”.

Ou seja, de usada e abusada, passa a indicar o que usar. Lamento que não pôde retomar sua análise e usá-la para dar mais algumas voltas em torno dos usos e usuradas de si. A operação analítica não prevê o destino para aquele que viveu uma violência (apesar de repudiar e lutar contra toda forma de violência), mas possibilita o retorno da mensagem do sujeito a si próprio, de maneira invertida. Pois assim, dividido, poderá se implicar nos avatares de seu destino e elaborar um saber fazer com o horror do corte do sexual — *troumatisme* (Lacan, 1973-1974).³

Conclusão

A “criança generalizada” é também o adulto massificado pelas indulgências ofertadas diante da acomodação ao saber impresso pelo discurso dominante. O infantil, fato de estrutura e atribuído à sexualidade por Freud, é inerente ao ser de fala, corte

³ *Troumatisme* é um termo utilizado por Lacan. Um jogo de palavras que em francês associa o trauma ao que faz furo no Real (*trou* = furo em francês).

que humaniza a superfície do corpo. Mas as condições do tempo e do corpo, e do corpo no tempo de cada um, também devem ser consideradas. Assim, uma criança e um adulto são sujeitos em diferentes condições e momentos em relação a seus próprios corpos no caminho da vida, por isso “criança não é mãe”, e a psicanálise sabe disso. Mas, se o sujeito que ela considera é sem qualidades, a escuta do um a um está para além dos enunciados das subjetividades que se apresentam.

Considerando que o que recorto como “contribuição da psicanálise” é sempre efeito da própria experiência analítica de cada sujeito, da psicanálise em intenção, proponho tratar por duas vias a contribuição da psicanálise diante dos outros campos discursivos. Do lado daquele que trabalha no campo social ou da justiça, por exemplo, ela se transmite no ato mesmo de abrir espaço de escuta, quando instala uma pergunta, um estranhamento para ele mesmo sobre a questão envolvida no sofrimento daquele que atende. Ou seja, quando considera as diferenças e diversidades de possibilidades de posicionamentos diante das agruras da vida. A outra via está do lado de quem recebe o sujeito no contexto clínico. Esse pode, no trabalho com os operadores da rede assistencial, levar a pergunta que se delinea na primeira via. Dessa forma, é possível dar tratamento ao real dos corpos e modalidades de gozo, fazendo a angústia falar e possibilitando saber fazer algo diante do impossível da existência da relação sexual.

Referências bibliográficas

- Alberti, S. (2003). *Crepúsculo da alma: a psicologia no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Brandão Junior, P. M. C. (2024). *ABusoS do sexual*. São Paulo: Larvatus Prodeo.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1992). *Puntualizaciones sobre el amor de transferencia (nuevos consejos sobre la técnica del 1992)*. Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1915 [1914])
- Freud, S. (1996). El malestar en la cultura. In: S. Freud. *Obras completas* (J. L. Etcheverry, Trad.) (7a ed., Vol. XXI, pp. 57-140). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1930)
- Guarido, R. (2007). A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na educação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 33(1), 151-161. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a10v33n1.pdf>
- Lacan, J. (1973-1974). *Les non-dupes errent*. Inédito.
- Lacan, J. (1999). *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1957-1958)

- Lacan, J. (2003). Alocuções sobre as psicoses da criança. In J. Lacan. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1967)
- Prates, A. L. (2020, 14 de outubro). Colonização do corpo da mulher e direito ao aborto. *Jornal Folha de Pernambuco*.

Recebido: 29/04/2024

Aprovado: 20/05/2024